

# Opinião: o Brasil precisará voltar a negociar a dívida em 84.

O Brasil apenas ganhou tempo.

A frase do economista Paulo Roberto Nunes Guedes, da PUC-Rio, resume o entendimento da maior parte dos brasileiros que acompanha a 38ª Reunião Anual do FMI-Banco Mundial, em Washington, sobre o anúncio do diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, de que, após consultas entre o FMI, governos, agências multilaterais e o comitê assessor de bancos comerciais para o Brasil, chegou-se a um acordo em princípio para o financiamento do programa de ajuste para o Brasil em 1983 e 1984. Desse ajuste, os bancos deverão entrar com US\$ 6,5 bilhões, as agências internacionais com US\$ 2,5 milhões, faltando US\$ 200 milhões do Banco Mundial para se chegar ao valor de US\$ 9,2 bilhões, mencionado por autoridades como as necessidades brasileiras. Isso basta?

Ary Waddington, presidente da Anbid — Associação Nacional dos Bancos de Investimento, acha que não. "É preciso uma solução mais ampla, a ser negociada no ano que vem."

Henri Claude Koersen, vice-presidente do Banco Auxiliar, considera entretanto que "a situação, no momento, está-se equacionando, e haverá novamente tempo para uma solução mais ampla".

## Até no governo

A dúvida dos representantes privados não parece limitar-se a eles, contudo. À meia voz, técnicos do governo brasileiro admitem que era preciso mais. E o próprio ministro da Fazenda, Eranane Galvêas, não foi enfático ao afirmar que o Brasil obteve o possível dos bancos. Galvêas disse à Imprensa, por exemplo, que não sabia se seria o caso de pedir mais um bridge loan para enfrentar o atraso nos pagamentos dos juros contornado até 30 de novembro por concessão das autoridades norte-americanas.

O ministro brasileiro também desmentiu que é inevitável uma crise de caixa nas próximas semanas, afirmando que "não anteciparia isto até que o comitê assessor o indique".

Para outros brasileiros, porém, as dúvidas são menores.

— O pacote para o Brasil é consistente com a política econômica. Compramos tempo até a instalação de um novo governo em 85. E, a partir daí, ter-se-á potencialmente um desenho de política econômica de longo prazo — assinalou Paulo Guedes.

— Os recursos anunciados — acrescentou o economista — não permitem pensar em termos de um prazo longo. Apesar desse aspecto negativo, o volume de recursos impede qualquer tentativa brasileira de fugir ao esforço de ajustamento. O volume de recursos é realmente estreito e não há nenhum espaço para que tentássemos embarcar uma tentativa de relançamento da economia.

O diretor do Banco Boavista, José Júlio Senna, indaga: "Como se pode pensar num pacote mais volumoso de recursos novos, se o Brasil não passou sequer o Waiver (perdão) do FMI? Recorde-se que temos já dois trimestres de suspensão dos desembolsos pelo FMI. O anúncio de ontem segunda-feira é o de que a peteca não vai cair, mas é preciso que o Brasil faça a sua parte. A parte qualitativa é a mais importante. É como o debate sobre a inflação no Brasil. Qualquer meta é viável se acreditarmos nela. O sinal foi qualitativo. Os recursos podem não ser realistas, mas são condicionais, poderão ser maiores no futuro".

— O Brasil — afirmou o economista Roberto Castello Branco, vice-presidente do Ibmec-Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais — viverá sob rédeas curtas.

Castello Branco recordou a advertência feita por Martin Feldstein, chefe dos conselheiros econômicos do presidente Ronald Reagan, de que os países devem entender que o que poderia ser feito pelos credores está feito. Ou seja, é com esses recursos que o Brasil deve contar, "em face da velocidade de ajuste que está ocorrendo no Brasil".

**Fábio Pahim Jr., enviado especial**

## Novo problema: falta matéria-prima para remédios.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica Abifarma, Walter Mesquita, advertiu ontem no Rio que, dentro de dois ou três meses, os medicamentos produzidos no Brasil que dependem da importação de matéria-prima poderão começar a faltar no mercado. Mesquita apontou a centralização do câmbio pelo Banco Central como a principal causa das dificuldades de compra de produtos básicos no Exterior.

— A situação é preocupante, principalmente para as pequenas e médias empresas do setor, que não têm condições de conseguir matéria-prima no Exterior. As multinacionais ainda conseguem importar, contando com o aval de suas matrizes no Exterior, mas os atrasos nos pagamentos efetuados pelo Banco Central estão fazendo com que fornecedores de todo o mundo digam não aos pedidos brasileiros — afirmou.

Walter Mesquita explicou que o Banco Central vinha efetuando os pagamentos ao Exterior em 180 dias. Agora, segundo ele, desde a centralização do câmbio, os atrasos já chegam a 60 dias, "o que faz com que os exportadores japoneses, por exemplo, se neguem a atender qualquer pedido de laboratórios nacionais".

Segundo a Abifarma, os problemas com as importações começaram a agravar-se há cerca de um mês e já estão atingindo os fornecedores da Europa e dos Estados Unidos: "65% dos remédios produzidos no País dependem de importações e, desse percentual, os países europeus e os EUA detêm cerca de 90%".

## Reposição de peças

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, prometeu ontem ao presidente da Associação Brasileira das Empresas de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, que vai determinar à Cacex a liberação das importações de componentes eletrônicos para reposição em emissoras de rádio e TV de todo o País.